

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
SISTEMA ELÉTRICO.**

REQUERIMENTO nº , DE 2009.
(Do Sr. Gladson Cameli)

**Requer a inclusão do
Secretário da Fazenda do
Estado no Acre na Audiência
Pública.**

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, requeiro a Vossa Excelência, ouvida esta Comissão, seja incluído o Secretário da Fazenda, o Sr. Mâncio Cordeiro na audiência pública no Estado do Acre, já aprovada nesta CPI, com o objetivo de aprofundar o conhecimento junto as autoridades locais sobre os processos utilizados para a majoração das tarifas elétricas no Estado.

JUSTIFICATIVA

A possibilidade de investigar os valores das tarifas de energia elétrica e esclarecer de forma definitiva o processo de formação de preços pagos diretamente pela população é uma chance absolutamente imperdível. Além, evidentemente, de carregar uma enorme importância, seja para o consumidor direto e para o governo de tornar transparente a mensuração de um serviço absolutamente essencial para toda a comunidade.

Neste sentido, as contradições afloram. Basta lembrar que em nível internacional, o Brasil possui uma das tarifas de energia elétrica mais caras de todo o planeta-bem acima das praticadas

pelo chamado G-8, considerados as economias mais fortes do cenário mundial. Em nível interno, as contradições são ainda maiores. Levantamento realizado pela própria Aneel demonstra que apesar da região norte apresentar a segunda menor renda per capita nacional e ser a região menos industrializada do país, paga as tarifas mais elevadas em todo o território nacional.

As cifras não deixam dúvidas. Cada kilowatt consumido na região Norte custa 28% mais que o consumido na região sul. No Acre, a disparidade tem sido fator de inibição da própria atividade econômica, sobretudo no interior do Estado. Onde aliás, uma única empresa, a Guascor, detém o monopólio da geração.

Isto posto, verifica-se que sob nenhum aspecto ou argumento plausível se justifica a prática de preços abusivos. O que representa um importante fator de desestímulo a toda economia estadual. Vale lembrar que os principais prejudicados se concentram na população de menor renda, os mais pressionados pelo alto custo da energia elétrica.

Sala da Comissão, em de agosto de 2009.

Deputado Gladson Cameli

PP/AC